

Lênin, Trotsky, Gramsci e a revolução latino-americana no século XXI

Silvia Santos

A ofensiva ideológica do neoliberalismo, sobretudo durante a década de 90, a derrubada das ditaduras estalinistas na ex-URSS e no leste europeu, a restauração capitalista nesses países, na China e no Vietnã, e o processo, já muito avançado no mesmo sentido, em Cuba, trazem a necessidade de retomar o pensamento dos principais teóricos do marxismo. Novas correntes surgiram, em sua interpretação a queda do Muro de Berlim significou, também, o enterro do marxismo e do leninismo. Outra vertente confundiu socialismo com estalinismo e acabou por decretar o fim da possibilidade de alcançar uma nova sociedade a partir da socialização dos meios de produção. É importante voltar nosso olhar sobre as experiências mais importantes e a teoria, para resgatar, atualizar ou modificar pontos cardinais das elaborações dos marxistas revolucionários. Assim como, para verificar o tanto de “novo” que trazem as “novas” teorias. Não temos a pedante pretensão de abranger essa titânica tarefa neste texto. Mas, sim, contribuir com nossa visão em torno da atualidade de alguns aspectos que consideramos fundamentais nas elaborações teóricas de Lênin, Trotsky e Gramsci, vinculando-as aos desafios presentes para os revolucionários. Os dois primeiros, como dirigentes da primeira revolução socialista triunfante e do primeiro estado operário da história da humanidade. Gramsci, líder revolucionário italiano, que desde os sinistros porões dos cárceres fascistas, contribuiu com o pensamento revolucionário frente aos desafios que, sobretudo, apresentavam os regimes da democracia burguesa. Escolhemos três aspectos entre os muitos que caracterizam a gigantesca obra desses grandes marxistas para instigar à tarefa de retomada dos mestres no debate: a teoria marxista do Estado, a Revolução Permanente, e o conceito de hegemonia. Nosso objetivo é ajudar na avaliação se, depois da queda do Muro e do fato incontestável que não houve mais revoluções proletárias triunfantes que inaugurassem a construção do socialismo, continuam válidas essas formulações e programas. Se continuam sendo um guia para ação dos militantes nas fileiras do marxismo revolucionário. Tomaremos como base histórica as experiências e os processos na nossa América Latina. Passados cinquenta anos da Revolução Cubana, devemos nos perguntar por que, na América Latina, não houve outra “Cuba”. Outro país onde se efetivasse uma ruptura política e econômica com o imperialismo, se expropriasse a burguesia e se iniciasse o caminho do socialismo, mostrando para o mundo índices categóricos de superação das mazelas clássicas do capitalismo, em quesitos básicos como saúde, educação, moradia, trabalho, etc. Por que a Nicarágua, da revolução de 1979, que derrubou Somoza e quebrou o aparelho do Estado burguês, não avançou em direção a uma nova Cuba? Ao contrário, por que, retrocedeu e deixou de ser um país independente para voltar ao status de semicolônia, um dos países mais empobrecidos do continente? Para onde vai finalmente a Venezuela, com seu proclamado “Socialismo

do Século XXI”? Para responder, consideramos o instrumental metodológico e teórico dos temas escolhidos, a teoria do Estado, a Revolução Permanente e a contribuição sobre hegemonia, referências indispensáveis, assim como para a continuidade da luta por um projeto revolucionário no continente. Como militantes socialistas e revolucionários nossa luta política e prática têm como objetivo ajudar a repetir, em nossa América Latina, uma, duas, muitas Cubas, rompendo com o imperialismo, expropriando à burguesia, através da mobilização e da auto-organização dos trabalhadores e do movimento de massas. Que acabe com o Estado capitalista, instaure um governo dos trabalhadores e do povo, e, com a democracia operária, inicie o caminho da construção do socialismo a serviço do desenvolvimento da revolução mundial.

A teoria marxista do Estado

“Para nós não se trata de reformar a propriedade privada, mas de aboli-la; não se trata de atenuar os antagonismos de classes, mas de abolir as classes; não se trata de melhorar a sociedade existente, mas de estabelecer uma nova”.

Em agosto de 1917, em pleno curso do processo revolucionário, frente aos enormes desafios colocados, Lênin, com inigualável capacidade, formulou o trabalho conhecido como “O Estado e a Revolução”, demonstrando de forma cabal a unidade entre teoria e prática. Às vésperas da luta pelo poder, era imprescindível uma caracterização precisa do Estado que se pretendia conquistar e destruir. Era necessário, também, demarcar terreno com as posições oportunistas, recuperando, atualizando e sistematizando a teoria marxista em relação ao Estado. Por isso, sua preocupação não era a de um acadêmico, mas a de um revolucionário que precisava ferramentas teóricas para compreender a realidade e transformá-la, combatendo as posições que desarmavam a classe trabalhadora frente ao desafio histórico da luta pelo poder do proletariado. A questão do Estado continua sendo crucial para o marxismo. Em seu torno ainda se estabelecem claras divisões entre os revolucionários e os oportunistas. Destacamos que a teoria marxista do Estado está indissolivelmente vinculada ao problema do papel da classe trabalhadora e da necessidade transitória de um Estado proletário capaz de destruir a máquina do Estado burguês. Estado que, diferentemente do anterior, deveria ser absolutamente democrático e garantir plenas liberdades para os trabalhadores e os explorados, mas, ditatorial contra a burguesia, não garantindo nenhuma liberdade para continuar sua exploração.

Lênin partiu de Engels e de sua obra “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”: o Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. A partir desta conclusão, Lênin retomando Marx, polemizou com as concepções dos ideólogos burgueses e pequeno-burgueses que “interpretam” o Estado como um órgão de “conciliação de classes”. Definiu de forma precisa: *o Estado é sempre o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante que se torna, por isso mesmo, politicamente dominante, o que lhe possibilita novos meios para explorar a classe dominada.*

Engels definiu o segundo traço característico do Estado: a existência de um poder público diferente da população, que tem como pilar o fato de estar composto por um destacamento especial de homens armados, visto que em uma sociedade dividida em classes, se torna impossível o armamento da população. E agregou que, em cada revolução que destrói o aparelho governamental, a classe dominante se empenha em reconstruir, a seu serviço, corpos de homens armados, reconstruir o exército regular, tirar as armas das mãos do povo.

O terceiro traço é que, para poder manter um poder público separado da sociedade, são necessários impostos e uma dívida pública. Cria-se uma burocracia de funcionários acima da sociedade, e são feitas leis que assegurem sua inviolabilidade, sua “autoridade”, a partir disso, o surgimento dos privilégios é apenas um passo. E, já em 1890, Engels afirmava que, na república democrática, “a riqueza utiliza-se de seu poder indiretamente, mas com maior segurança, primeiro pela corrupção pura e simples dos funcionários, depois pela aliança entre o governo e a Bolsa”.

Quarto traço característico do Estado burguês é que não pode ser reformado na suas características centrais. Para acabar com a exploração e iniciar o caminho do socialismo, é preciso quebrá-lo por meio de uma revolução violenta, categoricamente defendida em todo o pensamento marxista. Para esta conclusão, tanto Marx quanto Engels estudaram os processos revolucionários e as lições que forneciam para a elaboração da estratégia socialista, conclusões que Lênin sistematizou e resgatou para liberar o marxismo das concepções oportunistas que falavam de um gradual e pacífico desaparecimento do Estado. Marx e Engels tiveram como referência o capitalismo em sua época de expansão e as revoluções de 1848 e 1871. Lênin, o capitalismo em sua fase imperialista, a experiência de 1905 e de fevereiro de 1917 (Rússia), reafirmando seu caráter de dirigentes que souberam sintetizar a teoria e a prática a serviço da luta pelo fim da sociedade dividida em explorados e exploradores.

A revolução de 1848 na França confirmou o que, no Manifesto Comunista, formularam os dois revolucionários: o Estado que os trabalhadores precisam transitoriamente, é o Estado dos trabalhadores organizados como classe dominante, para quebrar a resistência dos exploradores e acabar com a exploração. Mas, foi a Comuna de Paris, em 1871, que apresentou de forma categórica aquilo que não foi antevisto no Manifesto, isto é, quais instituições e de que tipo substituirão o Estado burguês.

Em primeiro lugar, a substituição do exército permanente pelo povo armado. A Comuna ou governo comunal é constituído por conselheiros municipais eleitos por voto universal nos diferentes bairros de Paris. Os conselheiros são revogáveis a qualquer momento que o povo o considere necessário.

O salário dos policiais, conselheiros, funcionários públicos não poderia ser superior ao de um operário. Os juízes são eleitos e revogáveis. A igreja deixou de ser financiada pelo Estado, tirando, dessa maneira, poder aos padres. A Comuna legisla e executa; acaba assim o “parlamentarismo” dos políticos profissionais, dos “socialistas de negócios”. Aqui, é importante retomar e refletir a crítica ao parlamentarismo que fez Marx, ainda em 1871, acusando os “renegados do proletariado” de deixar aos anarquistas o monopólio da crítica ao parlamentarismo. Marx, que soube combater os anarquistas pela sua incapacidade em utilizar o parlamento burguês, fez uma crítica feroz do parlamentarismo, do ponto de vista dos interesses dos explorados, afirmando que significava decidir a cada certo número de anos qual membro da classe dominante iria oprimir e esmagar o povo. Ensinamentos que Lênin realçou, afirmando que “os renegados do socialismo são incapazes de conceber outra crítica do parlamentarismo que não seja a crítica anarquista ou reacionária.” E insistiu Lênin: *“Reparem em qualquer país de parlamentarismo... a verdadeira tarefa governamental é feita por detrás dos bastidores, são os ministérios, as secretarias, os estados maiores que as fazem. Nos parlamentos, só se faz tagarelar com o único intuito de enganar a plebe”*. Vinculando as instituições ao seu caráter de classe e sua função no Estado burguês, Marx, Engels e Lênin, que sempre consideraram o regime democrático o melhor para desenvolver a luta da classe trabalhadora, nunca se deixaram confundir em relação ao caráter de classe do regime da democracia parlamentar.

Estas definições não excluem a importância da luta contra o peso da ideologia burguesa através do controle da educação, do papel das igrejas, da propaganda e todas as ferramentas de divulgação das falsas idéias que o capital utiliza para alcançar determinados graus de consenso, sempre presente nas elaborações e nas batalhas políticas que empreenderam nossos mestres.

Cuba e Nicarágua: da destruição à reconstrução do Estado Burguês

1º de janeiro de 1959. Com a queda de Santa Clara, e a rendição da guarnição militar, iniciou a etapa de triunfo da revolução. Santiago foi rodeada e todo o Oriente ficou sob controle rebelde. O ditador Batista foge para Santo Domingo. Pela Rádio Rebelde, Fidel ordenou avançar sobre Santiago e convocou à greve geral a partir de 2 de janeiro. Os trabalhadores ocuparam os sindicatos, expulsaram aos burocratas da ditadura e realizaram enormes atos em Havana e Santiago, em meio à greve geral. O exército da ditadura debandou, as tropas guerrilheiras, de camponeses e trabalhadores rurais, controlaram o país. Após o primeiro período de apoio ao movimento “anti-ditatorial e pela democracia” por parte do imperialismo, dos governos latino-americanos e do clero, começaram as pressões. Por um lado, o imperialismo que queria deter o movimento na sua tarefa democrática. Por outro, o movimento de massas que havia entrado em cena, no qual se apoiou a direção castrista para enfrentar a pressão do império. Informes jornalísticos da época retrataram: *“A Federação de Trabalhadores do Açúcar armou e treinou 55 mil trabalhadores no interior para defender a colheita da cana. Em torno de 300 estudantes em Havana completaram seu treinamento militar. Enquanto o povo está sendo armado, o Exército está lutando pela Revolução com pás, tratores, picaretas. Temos visto soldados construindo casas para os camponeses, construindo estradas; abrindo sistemas de drenagem, reflorestando a terra, trabalhando com os camponeses nas cooperativas e construindo uma cidade escolar inteira... desde que os soldados trabalham e os operários estão armados, não há necessidade de uma exercito regular”*.

19 de Julho de 1979. O Sandinismo toma o poder na Nicarágua, no marco de uma América Central comovida pelo ascenso e lutas do movimento de massas. A FSLN, em torno do eixo de “Abaixo o ditador Somoza” era vista com enorme simpatia no seu país e na área centro-americana. Culminava, assim, uma luta violenta contra o sanguinário ditador que, desesperado frente à derrota da sua Guarda Nacional na zona de Matagalpa e León, bombardeia os bairros operários, obrigando a heróicas batalhas, rua a rua, casa a casa. Com a capital em mãos dos rebeldes, Somoza foge e a Guarda Nacional entra em debandada. Na sua luta, e com os sandinistas à frente, as massas nicaraguenses liquidaram o Estado burguês, aniquilaram seu exército, se armaram parcialmente e começaram a ocupar terras e fábricas, a fundar sindicatos e a exercer, de forma paulatina, um poder político direto.

A solidariedade popular e do próprio governo com a luta anti-Somoza, transformaram a Costa Rica na retaguarda de apoio aos sandinistas. A simpatia com a revolução crescia e se espalhava pelo continente. O imperialismo yanque, passados só quatro anos da derrota histórica sofrida no Vietnã, não estava em condições de invadir. Havia condições para avançar na direção de Cuba 20 anos antes. Mas, o rumo que a FSLN imprimiu foi o oposto. Formado o governo de Reconstrução Nacional com setores da alta burguesia antisomozista, Humberto Ortega começou a reestruturar uma polícia e um exército regular, desarmando os camponeses e operários, armados no calor da revolução. Veio, dessa forma, o passo decisivo para a reconstrução do Estado burguês nicaraguense, seguindo os conselhos de Fidel Castro que foi explícito: “Nicarágua não deveria ser outra Cuba”. A partir daí, se abriu uma dinâmica oposta a da Revolução Cubana.

Venezuela: país capitalista, com independência política. Há dez anos Chávez governa e encabeça o processo “bolivariano”, na construção do que considera o “Socialismo do século XXI”. Mas, na Venezuela, há 20 anos, também, são protagonizadas heróicas lutas pelo povo. Começou com o *Caracazo* de 1989, enorme rebelião popular detonada pelo aumento do preço dos combustíveis e reprimida ferozmente pelo exército com um número de mortos estimado em torno de 300. A ferida ficou aberta no povo e também em setores da baixa oficialidade das forças armadas, culminando com o triunfo eleitoral de Chávez em 1999, contra os candidatos do imperialismo e das petroleiras em meio ao ascenso das lutas operárias e populares desses 20 anos. O novo presidente não se subordinou às ordens de Washington e levou a cabo inúmeras atitudes de independência política. Apoiado por Castro, com apoio de médicos e professores cubanos, impulsionou planos de alfabetização e atendimento sanitário nos setores populares. Comprou empresas que estavam em mãos de multinacionais, sobretudo de setores básicos como aço, cimento e petróleo. No marco da bonança econômica mundial e da alta dos preços do petróleo, pela primeira vez na história, parte da renda petroleira foi investida em melhorar as condições de vida da população pobre e trabalhadora. Convocada a Assembléia Constituinte, a nova Carta acabou com o Senado e inaugurou a representação em Câmara Única, no marco de continuar defendendo a propriedade privada dos meios de produção. Os EUA organizaram um golpe em abril de 2002 que depôs o Presidente Chávez, provocando uma revolta popular que o reconduziu ao poder em 72 horas. Derrotado no terreno militar, o imperialismo e a oligarquia local provocaram um *lockout* petroleiro colocado em xeque pela mobilização dos trabalhadores e do povo, que soube quebrar a paralisação patronal colocando em marcha o processo de extração, transporte e refino de petróleo mantendo o abastecimento da população e do país. Ficou assim demonstrado, mais uma vez, o poder da classe trabalhadora quando se mobiliza e luta.

Entretanto, o cenário atual nesse país, para o qual voltamos nossos olhos com tanto entusiasmo, nos obriga à pergunta: O “Socialismo do século XXI” é realmente um caminho inovador que pode levar ao socialismo? Estamos vivenciando um período de transição entre o capitalismo e o socialismo?

Para uma análise marxista séria, seguindo a Lênin, vemos necessário definir a natureza do Estado venezuelano, seu caráter de classe. Começemos por definir que existe um exército e forças repressivas profissionais que atuam para preservar a propriedade privada e reprimem com força as lutas da classe trabalhadora e do povo. De forma paralela, atuam, ainda, os jagunços armados do latifúndio e das multinacionais, que atuam com enorme impunidade na Venezuela. A Frente Nacional Camponesa Ezequiel Zamora denunciou que, após 10 anos de governo Chávez, 214 militantes camponeses foram massacrados, imperando a impunidade. Até hoje, somente sete foram detidos, acusados pelos massacres. Existem muitos casos de repressão e atuação das forças armadas do Estado contra trabalhadores. Enumeraremos alguns, desde os mais recentes:

- janeiro/2009: A polícia do Estado Anzoátegui assassinou dois trabalhadores no operativo de despejo da empresa Mitsubishi ocupada pela readmissão de 135 trabalhadores;
- dezembro/2008: Agredidos e detidos pela Polícia Metropolitana, trabalhadores terceirizados da Sidor que protestavam exigindo sua incorporação na empresa;
- dezembro/2008: Reprimidos trabalhadores da transnacional colombiana Alpina, despejados violentamente pela polícia de Aragua, com quatro trabalhadores feridos. Dias depois, foram assassinados por um sicário (jagunço) três lideranças da UNT e militantes socialistas, que haviam prestado solidariedade na luta da Alpina;
- outubro/2008: A polícia do Estado Miranda, a mando do governador Diosdado Cabello, reprime trabalhadores da saúde que protestavam pelo atraso no pagamento dos salários com tiros de escopeta, 10 foram detidos;
- setembro/2008: Enfermeiras da Missão Bairro Adentro foram agredidas pela polícia metropolitana;
- junho/2008: Baleada por sicários, a dirigente do Sindicato de Trabalhadores Têxteis, quando os trabalhadores exigiam a readmissão dos demitidos. A juíza Mauricia Gonzáles, militante do PSUV,

tentou despejar a ocupação com a polícia de Carabobo, e por resistir, os dirigentes dessa luta foram processados e proibidos de se aproximar da empresa;

- março/2008: A Guarda Nacional, após o Ministro de Trabalho anunciar que declararia ilegal qualquer greve na empresa siderúrgica Sidor, atacou os trabalhadores, feriu doze e deteve mais de 80;
- novembro/2007: Foram atacados e despejados pela polícia trabalhadores da planta de reciclagem de Mérida. Cinco trabalhadores feridos.
- novembro/2007: A Guarda Nacional no Estado Bolívar reprimiu a ocupação da empresa Cristancho;
- outubro/2007: A Guarda Nacional despejou violentamente os sindicatos bolivarianos Unatraelan e Untocan da sua sede, por ordens da diretoria da Assembléia Nacional.
- setembro/2007: Trabalhadores petroleiros são baleados pela polícia de Anzoátegui, quando marchavam exigindo sua participação na discussão do contrato coletivo da PDVSA;
- agosto 2007: Sequestrados, agredidos e despejados violentamente servidores públicos que exigiam no Ministério do Trabalho a discussão da convenção coletiva;
- junho/2007: A Guarda Nacional atacou a mobilização dos trabalhadores da CE Minerais que reivindicavam direito à organização e à liberdade sindical, com trabalhadores feridos e detidos;
- março/2007: A Polícia de Aragua dissolveu com bombas de gás manifestação de trabalhadores de Inviarta;
- fevereiro/2007: A polícia de Anzoátegui reprimiu a manifestação de trabalhadores de PDVSA que exigiam o pagamento atrasado dos salários de dezembro.

A crise econômica, com a queda dos preços do petróleo, acirrou a situação. O governo adotou medidas que seguem na tônica de fazer com que os trabalhadores paguem pela crise, por exemplo, o aumento do IVA (imposto sobre o valor agregado), o qual penaliza exatamente ao povo pobre e trabalhador, que menos ganha. Enquanto isso, não tomou nenhuma medida que penalizasse o lucro do capital. Isso provocou um aumento das lutas da classe trabalhadora, com crescimento de 78% no setor público, onde o Estado é o patrão. Militarização e ameaças têm sido frequentes em setores como metroviários, eletricitários ou nas siderúrgicas. Com prisões, perseguições, intervenção dos Serviços de Inteligência Militar nos conflitos, processos contra sindicalistas que não são serviçais ao governo e campanhas

políticas comparando as lutas operárias ao *lockout* patronal de 2003, e acusações de que os trabalhadores dos setores em luta são privilegiados. A conclusão é que existe, hoje, na Venezuela, um processo crescente de criminalização da luta operária e popular. São 2.200 lutadores processados por manifestar e exigir suas reivindicações. Cento e vinte são trabalhadores e dirigentes sindicais, especialmente, os vinculados com a PDVSA e as empresas básicas de Guyana (Sidor, Alumínio, etc.) que têm proibição de realizar reuniões nos locais de trabalho onde são dirigentes sindicais.

Pelo lado da burocracia estatal, a situação não é menos grave. Gerentes que recebem dez vezes ou mais o salário médio dos trabalhadores se apropriam dos cargos na administração pública e nas empresas estatais, nas quais aparecem trabalhando suas esposas, filhos e cunhados. Ali, uma burocracia vinculada ao governo e à administração de empresas se distancia cada vez mais do nível de vida da população, com carros importados, viagens e luxos, assim como tem acesso a crédito e à possibilidade de fazer negócios, os chamados “benefícios colaterais”. Este processo resultou no nascimento de um novo setor burguês, de uma nova oligarquia que vai crescendo ao calor da impunidade e dos privilégios que o regime chavista lhe permite.

Se marxistas, não devemos limitar o diagnóstico definindo o estado e o governo pelos discursos ou pela relação de atritos políticos parciais com o imperialismo, os quais, sem dúvida, o governo Chávez mantém. Esse é somente um dos elementos da realidade. O que temos que nos perguntar é *quais interesses de classe representa a casta privilegiada governante?* Quais setores econômicos estão se desenvolvendo? É o dos bancos o setor que mais se beneficiou nos últimos anos na Venezuela. E quase não pagam impostos, como, tampouco, pagam os que especulam com os títulos da dívida pública. Outro setor que lucrou muito foi o vinculado ao petróleo. Não só a PDVSA, mas, todas as multinacionais que conformam com a estatal, as Empresas Mistas. Também crescem e lucram, amparados no estado venezuelano, os importadores que têm distribuidoras no Panamá e vendem para si próprios, superfaturando as mercadorias que importam com dólares comprados ao câmbio oficial e trocam no paralelo por valores quatro ou cinco vezes maior. É sobre esta estrutura que foi constituído o PSUV. Com “líderes” regionais os quais conquistaram uma “clientela” com base no controle de cargos e na distribuição de privilégios e que aumentam seu “carisma” na base no poder econômico. No recente seminário de intelectuais chavistas, com a presença de acadêmicos e lideranças como Javier Biarreau, Eva Golinger, Michael Lobowitz, Emir Sader, Marta Harnecker, Luis Bonilla, entre outros, houve numerosas críticas, ainda que todas nos marcos do chavismo, mas, muito elucidativas. Vladimir Acosta, por exemplo, quem reconhece avanços da política governamental, sustenta que “*estes avanços*

foram conseguidos sem sequer tocar um fio de cabelo à burguesia, à classe dominante... a oligarquia venezuelana continua ocupando a maior parte do poder, e tem o poder econômico”.

A manutenção das características fundamentais do Estado burguês na Venezuela não é um acaso ou uma improvisação. É uma concepção, compartilhada por Chávez e Fidel Castro. Em seu discurso na Assembléia Nacional de Caracas, em outubro de 2000, afirmou Fidel: *“Acho que um país com recursos como os que conta a Venezuela pode alcançar, em metade do tempo, 75% do que Cuba atingiu desde a Revolução. Estaria ao alcance do governo erradicar o analfabetismo em poucos anos, uma cultura geral elevada para a maioria da população; uma ótima assistência médica para todos; facilitar emprego para todos os jovens, reduzir ao mínimo o delito e proporcionar moradias para todos...uma distribuição racional das riquezas mediante sistemas fiscais adequados é possível dentro de uma economia de mercado... não necessita nacionalizar nada... É suficiente que o Estado desempenhe seu papel e faça predominar os interesses da nação e do povo...”* Em outras palavras, não façam o que nós fizemos, destruir o Estado Burguês, romper com o imperialismo, expropriar, porque, nos marcos atuais, vocês podem conquistar mais do que conquistou o povo cubano.

Este é um debate de fundo para os marxistas. Para avançar no fim da exploração para conquistar pão, salário, terra e liberdade, temos ou não que acabar com o estado burguês? É este Estado um instrumento de opressão da burguesia e do imperialismo contra os trabalhadores e oprimidos? Para nós, a obra de Lênin é atual para a Venezuela de hoje.

León Trotsky e a revolução permanente. O conceito de revolução permanente havia sido utilizado por Marx em 1850, mas, é a partir da Revolução Russa de 1905 que Trotsky o desenvolveu. Naquele momento, os revolucionários estavam divididos no debate sobre qual seria o caráter da futura revolução, que tarefas e quais classes seriam suas protagonistas. Trata-se de um debate de extrema atualidade, uma vez que o estalinismo, no terreno teórico, se construiu combatendo esta teoria e lhe opondo, desde 1924, a do “Socialismo em um só país”, com consequências que até o dia de hoje perduram devido às derrotas que ajudou a impulsionar para a classe trabalhadora. Recapitulando, veremos que em 1905 havia três posições em debate. A de Lênin, que definia o caráter da futura

revolução como democrático-burguesa, mas que não poderia ser dirigida pela burguesia, e sim por uma aliança dos trabalhadores com os camponeses, aliança esta democrática e não socialista, pois não poderia afetar os fundamentos capitalistas, tendo como grande tarefa uma radical reforma agrária. No entanto, a definia com uma ditadura, pois deveria quebrar a resistência do latifúndio, da grande burguesia e do czarismo. Plekhânov concordava com o caráter democrático-burguês da revolução, e dizia corresponder à burguesia liberal sua direção, a qual deveriam apoiar os trabalhadores e os camponeses, o que abriria uma etapa de desenvolvimento capitalista. E Trotsky, quem afirmava que a experiência histórica demonstrava que o campesinato era incapaz de cumprir um papel independente, e por tal, a vitória da revolução democrática na Rússia seria conquistada pela ditadura do proletariado, apoiada no campesinato, que colocaria na ordem do dia não só as tarefas democráticas, mas também as socialistas. Dessa forma, impulsionando a revolução internacional, concluindo que somente o triunfo da classe operária no ocidente evitaria a restauração da burguesia.

Em 1917, se unificou o partido em torno das Teses de Abril, preparando-o, e ao proletariado, para a luta pelo poder através dos *soviets* de operários, soldados e camponeses. Com o que se fechou o debate sobre a direção da burguesia ou a “ditadura democrática de operários e camponeses” de Lênin, aplicando-se a política defendida por Trotsky em 1905.

Só em 1929 é formulada a teoria e as teses da revolução permanente por Trotsky. A consideramos como a teoria da revolução socialista mundial, a qual se opõe diretamente a do “Socialismo em um só país”, e a sintetizamos nos três seguintes aspectos: **1º) Os objetivos democráticos nas nações burguesas atrasadas conduzem em nossa época à ditadura do proletariado – os trabalhadores como caudilhos da nação oprimida, em primeiro lugar das massas camponesas – o que coloca na ordem do dia as reivindicações socialistas. 2º) A nova sociedade passaria por um processo de transformação constante de todas as relações sociais, econômicas, jurídicas, culturais, científicas, familiares, etc. 3º) Como consequência da economia e da estrutura social da humanidade, a revolução socialista assumiria um caráter internacional, pois se não avançar na derrota do imperialismo mundial, um governo socialista isolado cedo ou tarde cairia.**

Coube a Nahuel Moreno, em 1980, atualizar e assinalar limitações e erros, fundamentalmente nas Teses, reivindicando, no entanto o centro da Teoria da Revolução Permanente. Assim como, deveriam ser incorporadas as tarefas das revoluções antiburocráticas, que são também um fenômeno mundial, se demonstrou incorreta a dinâmica da transformação das revoluções democráticas em socialistas nos países atrasados. As Teses eram categóricas em afirmar que somente um sujeito social, o proletariado,

e um sujeito político, o partido revolucionário, poderiam resolver as tarefas democráticas e avançar na expropriação da burguesia. Contudo, a realidade do pós-guerra mostrou processos que avançaram até a expropriação com direções não revolucionárias e operárias, e com massas camponesas como sujeito social fundamental, caso de Cuba, China e Vietnã. Isto foi possível por uma combinação de circunstâncias, que foram regra nos anos posteriores ao fim da 2ª Guerra, tais como a força do ascenso, a debilidade do imperialismo e o fortalecimento do estalinismo a partir da derrota do nazismo em Stalingrado. Assim, se conquistou a expropriação da burguesia em ditos países sem partido revolucionário e sem a classe operária à frente. No entanto, Moreno reivindicava o centro da teoria, e, em algum sentido, das próprias Teses, pois direções não revolucionárias e operárias pararam a revolução nas fronteiras nacionais, detendo assim a revolução permanente, com o qual os processos estancaram e vieram a retroceder. O surgimento de novos países operários como os citados, ao invés de estarem baseados na democracia irrestrita para os trabalhadores e os povos, instauraram regimes de partido único, sem pluralidade socialista, repressivos e contra a democracia operária e a autodeterminação da classe, paralisando também o processo de transformação interno da nova sociedade. Uma das demonstrações do acerto gigantesco da teoria da revolução permanente, ainda que pela negativa, é o da restauração capitalista naqueles países onde a burguesia havia sido expropriada. O prognóstico do velho revolucionário, de que um governo socialista isolado, sem o triunfo da revolução mundial, cedo ou tarde cairia, se fez realidade na ex-URSS, na China, no Vietnã e, infelizmente, está avançando neste sentido também em Cuba. Por isso, reivindicamos, com Moreno, o centro da teoria quanto à necessidade da classe trabalhadora retomar seu papel como eixo dirigente da nação, liderando os setores populares, para resolver as tarefas democráticas pendentes como a independência nacional e a reforma agrária, somadas às reivindicações dos trabalhadores e do povo como o direito ao trabalho, ao salário, à saúde e à educação, etc. Necessidades que somente podem ser resolvidas enfrentando e derrotando o imperialismo e as burguesias nacionais, atacando as bases materiais de seu poder político, expropriando os meios de produção fundamentais, e com uma política internacionalista que coloque os triunfos nacionais a serviço da revolução mundial. Para esta tarefa, continua colocada a necessidade da construção dos partidos revolucionários e de internacionais revolucionárias.

Agora, voltemos aos processos revolucionários na América Latina. A experiência cubana foi o caso historicamente mais recente e próximo que despertou grande simpatia, com apaixonantes polêmicas sobre os rumos da revolução. Na luta contra Batista, o jovem advogado Fidel Castro integra o Partido do Povo, uma cisão do partido governante. Preso depois de fracassadas tentativas de assalto a quartéis,

é anistiado em 1955 e exilado no México, onde organiza um grupo armado, para o qual recruta Che Guevara. Com ele, volta a entrar em Cuba em 1956, e em meio ao crescimento da luta contra a ditadura, com simpatia entre setores da classe média urbana e o apoio camponês, libera territórios, sanciona a “lei de reforma agrária” nas regiões liberadas, culminando com a triunfal entrada em Santiago em janeiro de 1959. O PC cubano se alinhou com Batista, criticou os guerrilheiros chamando-os de “pequeno-burgueses e anticomunistas”. Manuel Urrutia, magistrado democrata que expressava os setores burgueses e latifundiários que romperam com Batista, é nomeado presidente. Em Julho renuncia. Em 12/01/60 é assinado o primeiro acordo comercial com a URSS. Em maio, as multinacionais ianques se negam a vender petróleo a Cuba e a refinar o comprado da União Soviética. Em 16/06, Cuba nacionaliza as refinarias. Em julho, o presidente dos EUA cancela parte da quota de importação do açúcar cubano. Em agosto, frente às pressões da OEA, a Primeira Declaração de Havana “condena a exploração do homem pelo homem e a exploração dos países subdesenvolvidos pelo capital financeiro”. Em 8/01/61, os EUA rompem relações com Cuba. Em abril, 1.500 contrarrevolucionários treinados pela CIA desembarcam na Bahia dos Porcos, mas são esmagados em três dias. Em 1º de maio, a Segunda Declaração de Havana proclama o caráter socialista da Revolução Cubana. Em janeiro de 1962, Cuba é expulsa da OEA. Em fevereiro, Kennedy decreta bloqueio comercial total. Em julho de 64, a OEA vota sanções econômicas e políticas contra Cuba. Em 1965, Che vai para África e, em 1966, para a Bolívia em missão internacionalista: “*Outras terras do mundo reclamam meus modestos esforços*” diz na carta de despedida. Em outubro de 67, na Conferência Tricontinental de Argel, chega uma mensagem de Guevara: “*Criar dois, três, muitos Vietnã é a tarefa. As burguesias nacionais são incapazes de se opor ao imperialismo. Revolução socialista ou caricatura de revolução.*” Em resumo: um movimento nacionalista, pequeno burguês, dá início ao primeiro estado operário na América Latina, enfrentando as pressões e o boicote posterior à tomada do poder, pelo imperialismo e pela burguesia latino-americana, apoiando-se no movimento de massas que tinha entrado em cena com potência extraordinária. Nesta dinâmica, concretiza duas tarefas fundamentais da revolução no continente: a libertação nacional, rompendo os pactos que atavam Cuba ao imperialismo, e a revolução agrária, iniciando a expropriação do latifúndio. Avança em medidas diretamente socialistas como a expropriação da burguesia e o planejamento da economia estatizada. Não vamos abordar neste texto a análise da corrente castrista e guevarista que se formou em escala continental, nem a avaliação de suas políticas, pois não é este o objetivo. Mas, marcar como, a partir da destruição do Estado burguês, a dinâmica que se abriu foi a da revolução permanente, combinando tarefas nacionais, democráticas, antiimperialistas e socialistas, e com uma política, fundamentalmente a partir de Che Guevara, de extensão internacionalista da revolução.¹ Esta foi a base que possibilitou a

¹ Ainda que da nossa parte consideremos errada a adoção do método da guerra de guerrilhas como

Cuba superar, por décadas, problemas importantes para as massas: trabalho, saúde, educação, moradia, dando um exemplo para o resto do mundo. Tal política internacional mudou a partir do estreitamento dos laços comerciais e políticos com a burocracia soviética, levando Fidel a apoiar a invasão da Checoslováquia pelas tropas da URSS em 1968 e, posteriormente, declarar que, nos países da América Central, não se devia fazer o mesmo que em Cuba, conselho que hoje, também, é dado para o governo venezuelano.

Vejamos, agora, em qual ponto se encontra o processo venezuelano, se avançam a independência nacional, a ruptura com o imperialismo e a mobilização para resolver as tarefas colocadas no terreno democrático, antiimperialista e anticapitalista, como salário, emprego, auto-organização independente, etc. É ilustrativa a definição de uma das principais assessoras do presidente Chávez. Em 2006, Marta Harnecker afirmou: *“É contraditório [o socialismo com tentativas por incorporar o setor privado] para a visão clássica que se tem tido do socialismo... nesta visão se põe o acento na propriedade e não no controle... quando Chávez fala em socialismo aclara que se trata de socialismo do século XXI. O central hoje na Venezuela é sair da pobreza... Ouvi um jovem esquerdista censurar que se falasse em eliminar a pobreza no lugar da necessidade de eliminar a burguesia. Que cegueira! Que dogmatismo! Qual é a necessidade de atacar essas empresas privadas? Como não entende esse jovem que para sair da pobreza tem que se criar emprego produtivo e que a reativação do setor privado tem sido a principal fonte de emprego nos últimos anos no país...”* E o próprio Chávez, quem em 2004, no Teatro da Academia Militar, declara: *“O objetivo de longo prazo é transcender o capitalismo. É o comunismo a alternativa? Não! Não está colocado neste momento, aqui estão os grandes traços da constituição bolivariana, do modelo econômico social, a economia social, a economia humanista, a economia igualitária. Não estamos imaginando eliminar a propriedade privada, a proposta comunista não. Até ai não chegamos.”*

Confirmando Marta Harnecker, o ex- Ministro de Indústrias Básicas, Victor Alvarez, em intervenção no Seminário dos Intelectuais afirmou que durante a última década a economia venezuelana se fez “mais capitalista”. Em dezembro de 2008, *“o setor privado contribuía com 70,9% do PIB, e o público com 29,1%, quando em 1998, o setor público participava com 34,8 %.* Atualmente a política econômica dirige e concentra boa parte de seus incentivos fiscais, financeiros, cambiários, compras

governamentais, fornecimento de matérias primas, etc., em favor das empresas privadas que reproduzem a economia capitalista...”

No Seminário chamado “**Intelectuais, Democracia e Socialismo**” realizado em junho deste ano, a absoluta maioria dos presentes era do campo do bolivarianismo chavista, defensores do governo. No entanto, as críticas foram a tônica central dos debates. A preocupação dos presentes tinha a ver “*com a falta de um programa político claro. A falta de uma direção coletiva. A falta de organizações populares revolucionárias...*” considerando que os conselhos comunais “*são valiosos, mas são organizações institucionais*”; reconhece-se que “*temos um grave problema: não temos um movimento operário realmente independente, classista e organizado. As tentativas... terminaram por atrelar o movimento à política do Estado*”. Que no PSUV, na eleição das candidaturas, “*não se respeita o critério das bases*”, defendendo que é necessário iniciar “*uma verdadeira nacionalização da indústria petroleira... 100% nacional... Visto que até agora “o Estado compra empresas, não é exatamente que as nacionaliza, as compra no mercado*”.² Mas, essas e outras contribuições foram prontamente respondidas, começando pelo próprio Presidente que considerou a reunião como uma conspiração, acusando-os de pequeno-burgueses que procuram impedir a marcha para o socialismo na Venezuela, de serem antichavistas, infiltrados pelos serviços de inteligência do império, sabotadores da revolução, ingratos. Não podia ser diferente uma vez que um dos aspectos principais do governo Chávez é sua política de atrelar os movimentos ao Estado e a ele mesmo. Foi ele quem atacou correntes operárias classistas como a C-CURA acusando-a de “contra-revolucionária” por defender a autonomia sindical. É o governo que não admite a pluralidade nem o livre debate. Estes ataques ao movimento, às lutas da classe e às críticas, acontecem enquanto multinacionais associadas nas empresas de economia mista lucram e exploram o povo venezuelano. Enquanto vai se fortalecendo uma casta burocrática que desde os órgãos do estado enriquece e ataca a mobilização da classe, as lutas e os questionamentos, pois é daí que vem o perigo para seus privilégios. Existe, hoje, uma queda de braço entre o governo e os trabalhadores petroleiros, uma vez que o Estado desmarcou uma e outra vez as eleições sindicais da categoria frente a possibilidade que os setores classistas triunfassem, num gesto de intervenção direta do aparelho estatal contra a democracia sindical e a autonomia dos trabalhadores. Retomando Marx, Lênin e Trotsky, continuamos achando que sem autodeterminação da classe, sem mobilização independente, sem controle operário, sem expropriação das multinacionais e do grande capital, sem seguir o caminho que abriu Cuba em 1959, não se avançará em direção a nenhum socialismo. O socialismo do século XXI, aplicado e formulado por Chávez, não é uma novidade. Humanizar o

² Depoimentos de Vladimir Acosta e Luis Britto Garcia.

capital, buscar resolver as necessidades do povo sem romper com o imperialismo e a grande burguesia é, sim, uma velha utopia reformista que já fracassou, como na Nicarágua, quando os sandinistas afirmavam que “iriam construir o socialismo com os dólares do capitalismo” através das empresas de economia mista. As teorias marxistas sobre o Estado, e da revolução permanente continuam atuais como ferramentas e programas imprescindíveis para a estratégia revolucionária.

O lugar de Gramsci

Sem dúvida atribuímos outro lugar a Gramsci em relação à importância das suas teorias para a elaboração de um projeto revolucionário. Suas reflexões refletem condições, experiências e momentos históricos diferentes dos de Lênin e Trotsky, dirigentes que conduziram ao triunfo a primeira revolução operária mundial. Esta circunscrição imposta ao teórico e lutador, porém, não justifica, do nosso ponto de vista, a apropriação utilitarista e vulgar que de suas elaborações fizeram o estalinismo e outras correntes reformistas, particularmente na América Latina. Neste caso, foi “usado” para passar, isolado do contexto, como elementos determinantes, as idéias de que as derrotas das ofensivas operárias e populares das décadas de 60 e 70, se deram pois “não foi medida a correlação de forças”; “se assustou à classe média”; “foram colocados objetivos socialistas”, etc. Daí vieram conclusões baseadas na “moderação”, na “ampliação das alianças” na “consolidação da democracia” e na “democracia participativa”. Igualmente, foi nessa deturpação histórica e contextual, com interpretações e apropriações abusivas dos textos gramscianos que o PT justificou seu transformismo.

Gramsci, como jovem militante do Partido Socialista italiano, foi um apaixonado defensor da revolução de outubro. Foi um dos principais líderes da insurreição de Turim em 1918-19 e tentou, desde os conselhos de fábrica, seguir o exemplo dos *soviets* russos. Em 1920, foi parte do núcleo fundador do Partido Comunista Italiano e defendeu, da mesma forma que os líderes da revolução russa, a política da Frente Única Operária para enfrentar o fascismo, ainda que ele mal interpretasse a posição de Trotsky. Eleito deputado é encarcerado em 1926 para, como disse o juiz que o sentenciou: “evitar que este cérebro continue funcionando”. Mas, continuou. Preso, isolado e doente, sobreviverá até 1937. Após alguns anos, teve permissão para escrever, e em meio a terríveis condições, que incluem a censura de seus escritos, produzirá milhares de páginas de seus célebres “Cadernos do cárcere”. Finalizada a IIª Guerra, o dirigente do PCI, Palmiro Togliatti, publicou uma versão mutilada e reordenada dos Cadernos para passar que Gramsci apoiaria a política do PCI de desarmamento dos

partisans e de acordo com a Democracia Cristã, como parte dos pactos de Yalta e Potsdam entre a burocracia estalinista e o imperialismo, para desmontar o processo revolucionário em curso.

Entre suas elaborações, consideramos o estudo e a incorporação de seu conceito de hegemonia ao patrimônio do marxismo revolucionário. Entre outros motivos, para colocá-lo no seu justo lugar, uma vez que também dele o reformismo fez mau uso para justificar alianças policlassistas, mudanças evolucionistas dentro do estado, na procura de consensos com setores das classes dominantes, idéias totalmente afastadas do pensamento de Gramsci. Sua elaboração remete a Lênin, quem pela primeira vez utiliza o termo “hegemonia” vinculado à construção da aliança operária e camponesa. Como fazer com que o partido do proletariado saia do marco econômico-corporativo, incorporando as reivindicações dos camponeses, para se converter efetivamente em caudilho nacional. Trabalha esta categoria pensando na derrota da revolução italiana de 1918-1919 e no posterior ascenso do fascismo. Por um lado, com inquietação similar à de Lênin, tem a preocupação de incorporar as reivindicações dos camponeses do sul da Itália para selar a unidade operária e camponesa. Por outro lado, analisa como fez a burguesia para constituir um bloco reacionário, que possibilitou que importantes setores da pequena burguesia urbana e também rural apoiassem o projeto fascista, ou seja, de algum grau de consenso que obteve a dominação fascista. Por isso sua categoria está vinculada também à luta ideológica e a disputa em todos os terrenos: moral, cultural, educativo, etc. Este último aspecto é um dos que, se isolado do conjunto de sua elaboração, poderia levar à conclusão de que seria possível, na sociedade capitalista e com estas bases materiais, ao proletariado conquistar, por exemplo, a hegemonia cultural da sociedade, o que seria um equívoco. A concepção marxista de revolução sempre considerou os homens como eles são, os trabalhadores e setores populares com suas falsas crenças e ideologias, unidos em torno de um aspecto fundamental: a necessidade de lutar pelo poder pois é a única forma de mudar o estado de coisas que o submetem. Esta sim é a batalha política, programática e ideológica fundamental. Se a burguesia adquiriu hegemonia cultural antes de destruir o aparelho estatal da nobreza, foi porque já dominava a estrutura econômica da sociedade. O proletariado, pelo contrário, não conseguirá nunca dominar nesse terreno, se antes não conquistar o poder, pois não se trata como no caso anterior, da passagem de um modo a outro de sociedades de exploração. Só a partir do poder, poderá mudar as relações de produção e de propriedade, abrindo um processo de mudanças nas bases materiais da sociedade, que darão lugar a outra cultura, moral, educação, concepções filosóficas, etc.

Mas, devemos esclarecer, em que pesem as incompreensões induzidas em seus textos por uma leitura que não leva em conta seu desenvolvimento concreto e unitário, Gramsci definiu a luta hegemônica como aquela para modificar a correlação de forças em favor do proletariado, e que isso nunca excluía o “momento militar”, ou seja, a tomada do poder, do aparelho do Estado. Gramsci disse explicitamente que *“o proletariado não poderá realizar plenamente sua hegemonia na sociedade capitalista”*.

Atribuimos parte ao menos das limitações das contribuições de Gramsci às terríveis condições em que foram escritas, isolado dos processos reais e dos debates da internacional no período de ascenso e consolidação do estalinismo. É um fato que não acompanhou nem pode conhecer o papel do estalinismo no pós-guerra e o papel dos acordos de Yalta e Potsdam, decisivos para bloquear o ascenso da revolução na Europa e, posteriormente, mundial, dando relativa estabilidade ao sistema imperialista mundial.

Ainda que Trotsky também não previsse que o estalinismo se fortalecesse depois da guerra, foi ele quem precisou a natureza do fenômeno estalinista e a degeneração da revolução russa, estruturou um programa para combater a burocracia, assim como para enfrentar as políticas traidoras da Frente Popular, defendendo a luta pela independência de classe como princípio do marxismo. Por isso, colocamos em primeiro lugar a totalidade que representa o leninismo e o trotskismo, independente de discrepâncias parciais em algum momento ou de apreciações que a realidade e o posterior curso dos acontecimentos superaram. Como teoria e programa da luta anticapitalista, antiimperialista e antiburocrática, são ponto de referência obrigatória do marxismo revolucionário também no século XXI.

Silvia Santos é da Executiva Nacional PSOL e da Coordenação Corrente Socialista dos Trabalhadores